

Políticas públicas para jovens devem considerar diferenças entre os sexos, diz pesquisador da FGV

(Isabela Vieira)

Brasília - Para combater a violência entre os jovens brasileiros é preciso criar políticas públicas distintas para homens e mulheres, pois, entre os gêneros, a exposição a fatores de risco não é a mesma.

A conclusão faz parte da pesquisa Estado da juventude: drogas, prisões e acidentes, da Fundação Getulio Vargas (FGV).

O estudo, divulgado ontem (23) pela entidade, aponta como principal vítima ou causador da violência homens solteiros, com idade entre 10 e 29 anos.

Com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o levantamento da FGV analisou o perfil de jovens que estão nas prisões, que morrem em decorrência de agressões e acidentes de trânsito e que se declaram consumidores das seguintes drogas: lança-perfume, maconha e cocaína.

Em entrevista hoje à Rádio Nacional, o coordenador do Centro de Políticas Sociais da instituição, Marcelo Néri, autor da pesquisa, afirmou que as políticas para a juventude devem “ter um viés”.

“Não podem ser políticas unissex. Tem que ter a cara dos rapazes”, disse, ao comparar a situação com um quadro de guerra civil em que os rapazes, “e não as moças e idosos”, estão no topo da taxa de mortalidade.

Para Néri, um outro ponto que pode ajudar a reduzir a violência é a liberdade de os estados definirem suas políticas públicas com base na realidade de cada região. “O Rio de Janeiro não pode adotar os mesmos parâmetro que o Amazonas”.

A pesquisa cita como exemplo medidas para educação, já que os estados são responsáveis pelo nível médio, além da atuação mais independente na área de trânsito - por exemplo, os estados podem aumentar o preço das multas.

De acordo com a pesquisa da FGV, entre as pessoas que declararam ao IBGE como usuárias de drogas 99% são homens, 86% são solteiros com idade entre 10 e 29 anos, que gastam em narcóticos cerca de R\$ 75 por mês.

Eles pertencem à classe A – cuja renda familiar é maior que 25 salários mínimos. Dentre os usuários declarados, 30% são universitários - no Brasil, apenas 4% da população cursa o ensino superior.

Além disso, têm acesso a serviços públicos de qualidade como água (93%), lixo (99%), energia elétrica (99%) e cartão de crédito (44%).

O levantamento também aponta que, nas prisões, os jovens representam mais da metade (51,96%) da população carcerária.

Em comum com os usuários de drogas, os homens são a maioria (96,6%) entre os presidiários.

Mas diferem em alguns pontos. Os jovens presos são, na maioria, negros ou pardos, de classes econômicas baixas e de pouca escolaridade. “Dos presidiários, 77,4% não completou o ensino fundamental”, diz o texto.

No caso da população carcerária, o estudo destaca que ao se comparar homens e mulheres com atributos iguais, “descontado o fato de as mulheres terem mais educação”, o principal fator de risco para a pessoa estar presa é o sexo.

“Os homens têm 5.16 vezes mais chance de estar presidiário do que as mulheres”, afirma o levantamento.

O fato de o jovem ser solteiro também é outro fator de risco. “A léguas de distância da condição de sexo, ser solteiro representam um risco 91,7% maior que os demais”.

No caso das mortes em decorrência de acidentes de trânsito, a pesquisa revela que os homens também são as principais vítimas.

“Morrem quatro vezes mais homens que mulheres em acidentes de trânsito em função da contribuição das estatísticas dos rapazes de renda mais alta”. Conforme o documento, os homens estão mais expostos a esta variável porque não respeitam as leis de trânsito na mesma medida em que as mulheres.